

DECRETO Nº 7.488 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998 - (REVOGADO)

(Publicado no Publicado no Diário Oficial de 31/12/1998)

Alterado pelos Decretos nºs 7.560/99, 7.686/99 e 7.728/99.

Prorrogado até 31/12/99 pelo Decreto nº 7.628, de 07/07/99, DOE de 08/07/99.

Prorrogado até 30/06/00 pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, DOE de 29/12/99.

O Decreto nº 7.842/00, publicado no DOE de 12/09/00, com efeitos a partir de 12/09/00, no seu art. 6º determina que, os contribuintes que fruam do benefício previsto neste, em 10/05/00, poderão utilizar do tratamento tributário previsto no Decreto 7.799/00, até o dia 30/09/00.

O Decreto nº 7.848/00, publicado no DOE de 30/09 e 01/10/00, no seu art. 2º determina que, os contribuintes que fruam do benefício previsto neste Decreto, em 10/05/00, poderão utilizar-se do tratamento tributário previsto no Decreto nº 7.799/00, até o dia 31/12/00.

Este Decreto foi revogado a partir de 10/05/00 pelo art. 9º do Decreto nº 7.799, de 09/05/00, publicado no DOE de 10/05/00.

Dispõe sobre o tratamento tributário nas operações que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de tornar mais competitivo o setor atacadista baiano frente ao mercado nacional e tendo em vista os benefícios fiscais concedidos a este setor em outras unidades da Federação,

DECRETA

Art. 1º Nas operações internas com mercadorias destinadas à comercialização ou industrialização, realizadas em estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único que integra este Decreto, a base de cálculo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das vendas de mercadorias destinadas à comercialização ou industrialização corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, aos seguintes percentuais do faturamento total:

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, DOE de 29/12/99, efeitos a partir de 01/01/00.

Redação original, efeitos até 31/12/99:

"Art. 1º Nas operações internas com mercadorias, efetuadas por contribuinte inscrito sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único, desde que 95% (noventa e cinco por cento) do volume das vendas, em cada período de apuração, seja destinado a comercialização, produção ou industrialização, a base de cálculo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), de forma que a carga tributária efetiva resulte em 10% (dez por cento)."

I - 95% (noventa e cinco por cento), tratando-se de estabelecimento cuja

receita bruta do exercício anterior seja igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II - 80% (oitenta por cento), tratando-se de estabelecimento cuja receita bruta do exercício anterior seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), até o limite de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais);

III - 70% (setenta por cento), tratando-se de estabelecimento cuja receita bruta do exercício anterior seja superior a R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), até o limite de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais)

IV - 50% (cinquenta por cento), tratando-se de contribuinte cuja receita do exercício anterior seja superior a R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 2º Nas saídas interestaduais o contribuinte lançará a crédito, no período de apuração respectivo, o valor equivalente a 16,667% (dezesesseis inteiros, seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor do imposto destacado no documento fiscal.

Art. 2º-A. Nas operações internas promovidas, a partir de 1º de abril de 1999, por contribuinte fabricante de biscoitos e bolachas, enquadrados na CNAE/FISCAL sob o código de atividade 1582-2, destinadas a contribuinte habilitado, nos termos do art. 7º, aos benefícios previstos nos artigos anteriores, a base de cálculo será reduzida em 58,825% (cinquenta e oito inteiros e oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a um percentual efetivo de 7% (sete por cento).

Nota: O art. 2º-A foi acrescentado pelo Decreto nº 7.560, de 20.04.99, DOE de 21.04.99, efeitos a partir de 21.04.99.

Parágrafo único. Não será exigido o estorno proporcional dos créditos fiscais relativos a insumos e bens adquiridos e a serviços tomados, vinculados a operações subseqüentes amparadas pelo benefício previsto neste artigo.

Art. 3º O disposto nos artigos 1º e 2º não se aplica às operações:

Nota: A redação atual do a"caput" do art. 3º foi dada pelo Decreto nº 7.560, de 20.04.99, DOE de 21.04.99, efeitos a partir de 21.04.99.

Redação original, efeitos até 20.04.99:

"Art. 3º O disposto nos artigos anteriores não se aplica às operações:"

I - com petróleo, combustíveis, lubrificantes, energia elétrica;

II - com mercadorias enquadradas na substituição tributária;

III - já contempladas com redução de base de cálculo do ICMS ou concessão de crédito presumido, ou que, por qualquer outro mecanismo ou incentivo, tenha sua carga tributária reduzida."

Art. 4º A redução de base de cálculo prevista no art. 1º não se aplicará nas operações internas com mercadorias em que a alíquota exigida seja inferior ou superior a 17% (dezesete por cento).

Art. 5º Nas hipóteses do inciso III, do art. 3º, e do art. 4º, admitir-se-á o tratamento previsto neste Decreto quando for mais favorável ao contribuinte, ficando vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos, bem como a cumulação de qualquer outro benefício.

Art. 6º Revogado

Nota: O art. 6º foi revogado pelo Decreto nº 7.560, de 20/04/99, DOE de 21/04/99, efeitos a partir de 21/04/99.

Redação original, efeitos até 20/04/99:

"Art. 6º Nas operações abrangidas pelo tratamento tributário previsto neste Decreto, será exigido o estorno dos créditos destacados nos documentos fiscais de aquisição, na mesma proporção da redução de carga tributária admitida nos arts. 1º e 2º."

Art. 6º-A. Não será exigido o estorno proporcional dos créditos fiscais relativos a mercadorias e bens adquiridos e a serviços tomados, a partir de 1º de janeiro de 1999, vinculados a operações subsequentes amparadas pelos benefícios previstos nos arts. 1º e 2º, desde que o total dos créditos fiscais utilizados no período e relacionados às referidas operações não exceda ao percentual de 10% (dez por cento) do valor dos serviços, bens ou mercadorias adquiridas, excluída, em relação as últimas, a parcela do IPI.

Nota: O art. 6º-A foi acrescentado pelo Decreto nº 7.560, de 20.04.99, DOE de 21.04.99, efeitos a partir de 21.04.99.

Art. 7º A utilização do tratamento tributário previsto neste Decreto fica condicionada à celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre o Estado, representado pela Secretaria da Fazenda, através da Diretoria de Administração Tributária - DAT da circunscrição fiscal do contribuinte, e o interessado, no qual serão determinados as condições e procedimentos aplicáveis ao caso.

Nota: A redação atual do "caput" do art. 7º foi dada pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, DOE de 29/12/99, efeitos a partir de 01/01/00.

Redação original, efeitos até 31/12/99:

"Art. 7º A utilização do tratamento tributário previsto neste Decreto dependerá de celebração de Termo de Acordo específico, a ser firmado entre a Secretaria da Fazenda e o interessado, através do Departamento de Administração Tributária – DAT, no qual serão determinados as condições e procedimentos aplicáveis ao caso."

Parágrafo único. A assinatura do Termo de Acordo só será permitida a contribuinte que se encontre em situação regular perante o fisco estadual.

Art. 8º O tratamento tributário disciplinado neste Decreto vigorará entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2000.

Nota: A redação atual do art. 8º foi dada pelo Decreto nº 7.728, de 28/12/99, DOE de 29/12/99,

efeitos a partir de 01/01/00.

Redação original, efeitos até 31/12/99:

"Art. 8º O tratamento tributário disciplinado neste Decreto vigorará entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1999."

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de dezembro de 1.998.

CÉSAR BORGES

Governador

Pedro Henrique Lino de Souza

Secretário de Governo

Albérico Machado Mascarenhas

Secretário da Fazenda

ANEXO ÚNICO

Código	Atividade Econômica
5030-0/01	comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores
5131-4/00	comércio atacadista de leite e produtos do leite
5132-2/02	comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas
5133-0/01	comercio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos
5133-0/02	comércio atacadista de aves vivas e ovos
5134-9/00	comércio atacadista de carnes e produtos de carnes
5135-7/00	comércio atacadista de pescados e frutos do mar
5139-0/05	comércio atacadista de massas alimentícias em geral
5139-0/99	comércio atacadista de outros produtos alimentícios
5146-2/02	comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
5159-4/01	comércio atacadista de embalagens
5191-8/00	comércio atacadista de mercadorias em geral

Nota: A redação atual do Anexo Único foi dada pelo Decreto nº 7.686, de 11/10/99, DOE de 12/10/99, efeitos a partir de 12/10/99.

Redação original, efeitos até 11/10/99:

"ANEXO ÚNICO

Código - Atividade Econômica

60.29-6 - comércio atacadista de cereais e farinhas

60.32-7 - comércio atacadista de carnes e derivados

60.33-5 - comércio atacadista de peixes e produtos do mar

60.34-3 - comércio atacadista de frutas, legumes, aves e ovos

60.35-1 - comércio atacadista de leite e derivados

60.36-9 - comércio atacadista de massas alimentícias, produtos de confeitaria e pastelaria

60.37-7 - comércio atacadista de produtos alimentícios em geral

60.41-6 - comércio atacadista de mercadorias em geral, exclusive produtos alimentícios
60.45-8 - comércio atacadista de materiais de embalagem."